

# BANDARRA E A EXPANSÃO ULTRAMARINA

Leandro Henrique Magalhães  
Centro Universitário Filadélfia

As *Trovas de Bandarra*, obra escrita por um sapateiro que viveu na Vila de Trancoso, na primeira metade do século XVI, vêm despertando o interesse dos estudiosos do messianismo português.<sup>1</sup> Bandarra nasceu em torno de 1500; a partir de 1541, data de realização do auto inquisitorial no qual foi condenado, não há mais informações sobre ele. D. João de Castro estabeleceu 1560 como o ano de sua morte, mas alguns estudiosos, como António Machado Pires, supõem que ele tenha morrido por volta de 1556.<sup>2</sup> As datas foram aventadas com base na dedicatória encontrada nas *Trovas*, em homenagem ao bispo da Guarda, D. João de Portugal, confirmado no cargo em 23 de março de 1556.<sup>3</sup> Caso a indicação esteja correta, Bandarra não cumpriu à risca a punição que recebera da Inquisição de Lisboa, que determinava a entrega de todas as cópias das *Trovas* ao tribunal.

Por meio da leitura das Sagradas Escrituras e graças a uma prodigiosa memória, Bandarra adquiriu fama na Vila de Trancoso, onde era considerado uma espécie de rabi local, interpretando as profecias bíblicas para os cristãos-novos da região.<sup>4</sup> Escritas nas primeiras décadas do Quinhentos, as *Trovas*, de acordo com os autos inquisitoriais, eram lidas em Lisboa desde 1531,<sup>5</sup> obtendo grande repercussão junto aos cristãos-novos, em decorrência, principalmente, do seu apelo

profético e messiânico, posto que muitos conversos esperavam a vinda do Messias no século XVI.<sup>6</sup> Em 1541, Bandarra foi perseguido e detido pela Inquisição, mas recebeu penas leves, por não se haver conseguido provar que possuísse ascendência judaica, apesar da intensa relação que ele mantinha com os conversos:<sup>7</sup>

Acordam os deputados da Santa Inquisição e que vistos estes autos e como por eles se mostra Gonçallo Annes réu: ser amigo de novidades e com elas causar alvoroço em cristãos novos, escrevendo Trovas que por falta de declarações se entendiam em outra maneira e não segundo sua tenção dando outro si declarações e muitas autoridades da Sagrada Escritura e respostas de semelhantes coisas sem letras, o que não carece de suspeiça com o mais que pelos autos se mostra havendo-se porém respeito a qualidade de sua pessoas vida e costumes mandam que publicamente declare sua tenção acerca das Trovas que tem feito segundo se lhe dera por apontamento e que daqui por diante se não intrometa mais a responder nem escrever em nenhuma coisa da sagrada escritura nem tenha nenhum livro dessa maneira salvo sendo o flos sanctorum ou evangelium somente e fazendo o contrário será castigado como caso merecer e se publicara que qualquer pessoas que tiver as ditas Trovas as apresente a Santa Inquisição dentro de três dias que vier a notícia e o puder fazer.

O Bispo de Angra Frei Georgius de Santio Jacob  
Antonius Joam de Mello  
Didacus Frei  
Mendus.<sup>8</sup>

Conquanto a condenação inquisitorial houvesse proibido a posse e a divulgação das Trovas, os textos de Bandarra tiveram boa aceitação em Portugal, essencialmente pela convivência entre cristãos-velhos e cristãos-novos – pois eles afirmavam que todos os povos caminhariam em direção a uma única fé, liderados por um rei português. Nas palavras de Eduardo Hoornaert:

[...] sapateiro de Trancoso que lia muito a Bíblia e foi consultado por cristãos-novos acerca do significado da história de Portugal. As “Trovas” de Bandarra profetizaram acerca de um rei que dominaria o mundo inteiro e sob cujo império o único Deus verdadeiro seria adorado.<sup>9</sup>

As inúmeras reimpressões das Trovas e sua importância para a sociedade lusitana não constituíram, até o momento, motivos suficientes para justificar uma análise que as situasse no seu contexto histórico. A obra é utilizada, geralmente, como suporte para estudos sobre o messianismo sebastianista e bragantino, dos séculos XVI e XVII. Entretanto, acreditamos que seja fundamental um entendimento da fonte no seu contexto, levando-se em consideração os aspectos culturais e ideológicos que permeavam o discurso de um sapateiro que viveu em uma comunidade de cristãos-novos, no interior de Portugal, na época da centralização política do reino e da expansão ultramarina. Neste trabalho, procuramos portanto inserir as Trovas no seu tempo – um período de transformações sociais, políticas e econômicas –, enfatizando o processo de expansão ultramarina, mas sem esquecer que a obra aborda também outros assuntos, como a centralização monárquica; a expulsão e a conversão forçada dos judeus, promovidas por D. Manuel; o estabelecimento da Inquisição, no reinado de D. João III; e o reordenamento dos lugares sociais do reino.

119

Embora não tenhamos informações exatas acerca das datas de nascimento e de morte de Bandarra, sabemos que ele vivenciou o fim do reinado de D. Manuel e o início do reinado de D. João III. A última notícia que possuímos sobre ele data de 1541, ano em que foi sentenciado pela então recém-instalada Inquisição de Lisboa:

Foi publicada a sentença atrás escrita na cidade de Lisboa aos vinte e três dias de outubro de 1541 anos no cadafalso da Ribeira onde se fez o Auto de Fé da Santa Inquisição estando presente Gonçallo Annes sapateiro de Trancoso que ouviu a dita sentença e cumpriu o nela contido e fez a dita declaração ele com o que lhe foi mandado. Jorge Carvalho o escrevi.<sup>10</sup>

As Trovas, que somente foram compiladas nos anos de 1537 e 1538, por Trancoso Heitor Lopes, tosador converso de Furtado,<sup>11</sup> podem ser compreendidas como uma obra aberta, na medida em que eram, até aquela data, divulgadas pela tradição oral e distribuídas na forma de manuscritos – o que permitia alterações

no seu conteúdo, feitas pelo próprio autor ou por quem quer que a elas tivesse acesso. Por isso, encontramos no texto referências aos períodos de dois reinados e, em especial, à expansão ultramarina.<sup>12</sup> Contudo, o início do contexto vivido por Bandarra deve ser pensado como a época de D. João II, porque foi naquele momento que ganharam corpo a centralização monárquica, a expansão além-mar e a política de aproximação entre o reino de Portugal e a coroa espanhola, por meio do enlace matrimonial.

120 D. Manuel deu continuidade ao projeto de expansão ultramarina, o qual adquirira novos contornos no reinado de D. João II, após uma fase de retração, ocasionada pela morte do infante D. Henrique, que havia ficado encarregado – desde 1474, ainda durante o reinado do pai, D. Afonso V – de coordenar os descobrimentos portugueses, cujo plano consistia em alcançar a Ásia circundando o sul da África.<sup>13</sup>

Portugueses e espanhóis desejavam encontrar um caminho alternativo para as Índias, visando sobretudo controlar o mercado de especiarias, dominado até então pelos venezianos, que negociavam em Constantinopla, Meca e Calicute, e monopolizavam o comércio na Europa. Desde o século XIV, os concorrentes italianos dos mercadores venezianos apoiavam os investimentos lusitanos em pesquisas e viagens, como demonstram as casas comerciais italianas instaladas em Portugal, as estadas de Colombo e de Américo Vespúcio no reino e a presença de embarcações italianas nas frotas portuguesas para as Índias.<sup>14</sup>

Pelo envolvimento com egípcios, turcos e outros povos muçulmanos, o papado considerava os venezianos como inimigos da Cristandade e propôs a formação de uma liga cristã contra Veneza e o reino da França. A proposta foi apoiada por Castela, mas não pelo rei de Portugal, D. Manuel.<sup>15</sup> Não é surpreendente, portanto, que encontremos, em Bandarra, os venezianos identificados como aliados dos egípcios na distribuição de produtos na Europa e, principalmente, como rivais dos portugueses:

## XX

Também os Venezianos  
Com as riquezas que tem,  
Virá o Rei de Salém  
Julgá-los-á por mundanos.

Os portugueses estavam interessados também em travar contato e aliança com o reino cristão do Prestes João, o qual se acreditava que estivesse localizado na região da atual Etiópia. A união representaria uma frente cristã no Oriente, capaz de afrontar a religião muçulmana, predominante nas Índias, e de favorecer a difusão do cristianismo, reforçando assim o papel evangelizador de Portugal que, ao observar a necessidade de acolhimento de todos os povos no seio da Igreja, se imbuía da obrigação de alargar a Respublica Christiana a todo o mundo. Percebida pelos portugueses como o objetivo preponderante da expansão ultramarina, a evangelização permeou todo o processo, como demonstra uma carta enviada por D. Manuel ao samorim de Calicute, a qual salientava os fins espirituais da colonização:

121

[...] e entre as causas porque damos muitos louvores a Nosso Senhor neste feiro é por nos ser dito que há nessas partes gentes cristãs, que foi e é o nosso principal desejo, para nos concertarmos convosco em amizade, amor e conformidade, como há entre os Reis Cristãos, por que bem é de crer que não ordenou o Senhor Deus tão maravilhosa coisas como é esta nossa navegação para ser somente servido nos tratos e proveitos temporais de entre nós, mas também nos espirituais e salvação das almas [...].<sup>16</sup>

Supunha-se que os portugueses não haviam sido os primeiros cristãos a aportar naquelas terras para divulgar o evangelho. Sacerdotes orientais afirmavam que por ali haviam passado os apóstolos São Bartolomeu, São Judas e São Tomé.<sup>17</sup> Era corrente a crença de que São Tomé, por haver duvidado da ressurreição de Cristo, fora condenado a pregar aos povos longínquos, em especial aos asiáticos. (A temática foi retomada no Brasil, onde também encontramos alusões à presença do apóstolo.)<sup>18</sup> Bandarra compartilhava dessa crença, como indica a referência às terras de Tomé e ao domínio do rei português sobre a região:

## LXVII

Em os campos de Tropé  
 Vossa fruta tangereis  
 E nas terras de Tomé  
 E nas terras de Tomé,  
 Todos nelas bailareis,  
 Com os filhos de Ulisse,  
 Que gostam nosso tanger.  
 Nenhum porco roncará,  
 Nenhum lobo uivará  
 Senão por vosso querer.

122 Em textos de outros cronistas da época, também lemos passagens que relatam a presença de São Tomé no Oriente. Em *Os Lusíadas*, Camões narrou milagres que São Tomé teria realizado nas Índias; como arrastar, do mar para a terra, lenhas de grandeza desmedida, destinadas à construção de um templo, e ressuscitar um homem, livrando-se da acusação de assassinato quando o morto anuncia que seu próprio pai o matara:

O corpo morto manda ser trazido,  
 Que ressuscite e seja perguntado  
 Quem foi seu matador, e será crido  
 Por testemunho o seu, mais aprovado.  
 Viram todos o moço vivo, erguido,  
 Em nome de Jesus crucificado:  
 Dá graças a Tomé, que lhe deu vida,  
 E descobre seu pai ser homicida.<sup>19</sup>

João de Barros, um dos mais importantes cronistas dos descobrimentos, explicou, nas *Décadas*, que os portugueses estavam no Oriente para continuar o trabalho de São Tomé, e não para atender a interesses pessoais:

Peró comunicar, conservar e contactar com gente da Índia, cujos idólatras, abusos, vícios, opiniões e seitas, um apóstolo de Jesus Cristo, por êle enviado como foi São Tomé, temeu e receu ir a ela, sómente a lhe dar doutrina de paz e salvação para suas almas, como se podia esperar que a nossa doutrina, ainda que católica fôsse, por ser com mão armada e não por bôca de apóstolos, mas de homens subjectos mais a seus particulares proveitos que a salvação daquele povo gentio, podia fazer neles impressão, principalmente a cêrca dos mouros que, por razão desta doutrina evangélica, eram nossos capitais inimigos.<sup>20</sup>

Os Anais de D. João III, redigidos por frei Luís de Sousa, também contêm uma menção ao apóstolo, a qual aponta indícios de que seu corpo teria sido encontrado na cidade de Meliapor, uma das mais antigas da Índia:

Acudiu Deus nesta conjunção aos seus fiéis da Índia com ua nova bastante a temperar maiores desgostos, qual foi a que Manuel de Frias, capitão da costa de Coromandel, trouxe ao governador D. Duarte: de se ter descoberto e achado o corpo do bem aventurado apóstolo S. Tomé no sítio da mui antiga cidade de Meliapor, sete léguas do porto de Paliacate.<sup>21</sup>

Podemos perceber, portanto, que Bandarra estava atento a questões da época, como o papel dos venezianos no comércio oriental, a lenda de São Tomé e a possibilidade de uma aliança entre Portugal e o reino cristão do Prestes João, a qual se configurava como uma esperança frente à ameaça muçulmana no Oriente,<sup>22</sup> uma porta que, segundo as Trovas, se abria contra os maiores inimigos dos portugueses:

## LXXVI

Uma porta se abrirá  
 Num dos Reinos Africanos,  
 Contrária aos Arrianos,  
 Que nunca se cerrará.  
 À vaca receberá  
 À nova gente que vem,  
 Com prazer de tanto bem  
 Seu leite derramará.

Várias incursões foram empreendidas em busca do reino do Prestes João. A principal expedição, cujos integrantes viajaram disfarçados de mercadores, partiu de Lisboa no ano de 1487, durante o reinado de D. João II, sendo encabeçada por Pero de Covilhã e Afonso de Paiva. Somente o primeiro alcançou seu destino. Afonso de Paiva morreu em 1488, logo após a partida do Egito e a travessia do mar Vermelho. Pero de Covilhã, por sua vez, visitou Calicute, Goa e Ormuz, onde conheceu o funcionamento do comércio de especiarias, sobre o qual posteriormente escreveu. No retorno ao Egito, ele encontrou dois viajantes judeus, enviados pelo

rei de Portugal – Abraão, um rabino, e Josepe, um sapateiro –, por intermédio de quem encaminhou seu relatório. Depois disso, partiu para a Etiópia – onde estabeleceu contato com o rei Negus Alexandre – e ali permaneceu até falecer.

Outra incursão dos portugueses por terras orientais em busca do Prestes João ocorreu em 1506, no reinado de D. Manuel, com a viagem de João Gomes e de João Sanches, que alcançaram a Etiópia, cuja rainha contataram, mas também não regressaram a Portugal. O primeiro viajante a transmitir notícias acerca das terras do Prestes João foi um cristão armênio, o embaixador etíope Mateus, que insuflou em D. Manuel esperanças de uma possível aliança com o reino cristão oriental. Mateus retornou ao Oriente em 1520, na companhia de D. Rodrigo de Lima, cuja viagem foi narrada pelo padre Francisco Álvares.<sup>23</sup> O relato apresenta um monarca africano que conhecia o cristianismo oriental – “a Igreja de Constantinopla, que era de Marcos, e a de Grécia, que era de Joanne, Patriarca de Alexandria”<sup>24</sup> – e que, de acordo com diversos trechos, fez perguntas aos portugueses sobre sua religião e as diferenças desta em relação às religiões predominantes na região, demonstrando, ainda, tendência ao cristianismo.<sup>25</sup>

Há duas referências a essas viagens nos Anais de D. João III. Na primeira, menciona-se um presente entregue pelo embaixador etíope, enviado pelo Prestes João a D. Manuel: “uma cruz feita do Santo Lenho, em que Cristo nosso Redentor padeceu”,<sup>26</sup> a qual, posteriormente, foi dada ao papa Adriano, sucessor de Leão X. Na segunda, que expõe o mesmo episódio, a crônica cita os nomes de D. Rodrigo de Lima e de Francisco Álvares, salientando que o papa os recebera, e indicando que em Roma também se acreditava na existência de um rei cristão do Oriente, o qual, na passagem, é confundido com “el-rei da Abassi, que chamamos vulgarmente Prestes João”.<sup>27</sup> Outra alusão aparece na Crônica do felicíssimo rei D. Manuel, composta por Damião de Góis, na narrativa do recebimento da dádiva do rei da Etiópia e do seu envio a D. Manuel:

[...] onde Afonfo dalbuquerque regebeo cõ cruces, proçiffam, & paleo, hua Cruz feita do lenho da Vera Cruz, que trazia pera elrei dom Emanuel, com a qual proçiffam hou leuou à Egreja, dando grças a Deos de ver embaixador Criftão, de tão alongadas prouincias, mandado per hum tão poderofa Rei, & fenhor, pera cõ feus recados ir a Portugal a trattar amizade com elRei dom Emanuel.<sup>28</sup>



Na crônica de D. Manuel, há ainda uma descrição das buscas pela terra do Prestes João, desde o reinado de D. João II até a chegada dos embaixadores etíopes a Portugal:

Elrei dõ Ioão ho fegundo viuendo teue fempre grãdes defejos de defcobrir há nauegaçam da India, & afsi de ter algua notiçia do prefte Ioão das Indias, por fer Chriftão, parecendo-lhe que fe poderia naquellas partes ajudar de fua amizade.<sup>29</sup>

No mesmo capítulo da crônica, Damião de Góis retrata a dinastia Abexis, que haveria tido em Alexandre o rei que recebera Pero de Covilhã. Alexandre foi sucedido por Nau e, depois da morte deste, por David que, sendo jovem, era orientado pela avó, a rainha Helena. Ao saber dos sucessos dos portugueses nas Índias, a rainha Helena, desejosa de fazer amizade com D. Manuel, enviou a Portugal a embaixada liderada pelo armênio Mateus, com presentes, incluindo a cruz supracitada, e uma carta, transcrita no capítulo cinquenta e nove da crônica, intitulado “Do recebimeto que elrei fez aho embaixador Matheus, e que fe conthem ho treslado da carta que lhe há Rainha Helena fcreueo”.<sup>30</sup>

125

A viagem de Pero de Covilhã redundou em valiosos conhecimentos sobre as Índias, que foram comunicados à coroa no relatório que ele entregou aos dois viajantes judeus, no Egito. O texto trazia notícias acerca do comércio na região de Malabar (sobretudo na cidade de Calicute), dominado por egípcios e turcos, e, além disso, informações sobre rotas e potenciais aliados no Oriente. Vasco da Gama, ao empreender a jornada à Índia, possuía conhecimentos, tanto sobre a passagem e a navegação pelo oceano Índico, graças a Diogo Cão e a Bartolomeu Dias, como também sobre os povos e o comércio da região, graças a Pero de Covilhã.

Apesar da quantidade de informações reunidas, e mesmo com o início dos preparativos para a campanha, a viagem às Índias não ocorreu no reinado de D. João II, devido, principalmente, à chegada de Colombo às Américas, que impôs a necessidade de negociações entre os reis de Espanha e de Portugal – para solucionar os conflitos em torno da posse do território recém-encontrado –, as quais resultaram no Tratado de Tordesilhas, de 1494.<sup>31</sup> Após a descoberta de Colombo, os portugueses precisaram evitar a possibilidade de que os reis católicos

garantissem domínio sobre as conquistas. O problema repetiu-se ao término da viagem de Fernão de Magalhães, na disputa pelas ilhas Molucas, que, segundo os cálculos efetuados depois da expedição, caberiam à Espanha.<sup>32</sup> Após o retorno de Colombo à Europa, os reis espanhóis obtiveram a bula *Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493, que lhes concedia “as ilhas e terras descobertas ou a descobrir para a propagação da fé cristã”.<sup>33</sup> Isso exigiu de D. João II uma ação rápida, tendo-se em vista que igual direito já havia sido afiançado aos portugueses, na bula *Romanus Pontifex*, de janeiro de 1454.<sup>34</sup> No entanto, antes de participar a notícia aos castelhanos, Colombo passara por Lisboa, onde transmitiu as novas, levando muitos a duvidar do feito e, até mesmo, a sugerir sua morte, o que foi negado pelo monarca lusitano:

126

No anno seguinte de mil quatrocentos, e noventa e tres, estando ElRey no lugar do Val do Paraiso, qie he acima do Moesteiro de Sancta Maria das Vertudes, por causa das grandes pestenenças, que nos lugares principaes daquella Comarca avia, a seus duas de Março arribou arrestello em Lixboa Christovam Colombo Italiano, que vynha dos descobrimento das Ilhas de Cipango, e d’Antilha, que per mandado dos Reys de Castella rynha fecto, da qual terra trazia comsigo as primeiras mostras da gente, o ouro, e alguas outras cousas que nellas avia, e foy dellas intitulado Almirante.<sup>35</sup>

Antes de realizar a viagem que o conduziu a um novo continente, Colombo procurara o rei português, oferecendo-lhe seus serviços. O navegador viveu em Portugal, onde teve contato com aquilo que Gaetano Ferro chamou de cultura marítima e naval lusitana, em especial com as concepções geográficas e com a cosmografia.<sup>36</sup> Através da biografia de Colombo, escrita por seu filho, D. Fernando, e por meio dos textos de Las Casas, sabemos também que, ainda em Portugal, o navegador conheceu relatos sobre a existência de terras entre a Península Ibérica e o Oriente – ilhas e lugares maravilhosos, representados em mapas da época.<sup>37</sup> A cartografia lusa estava entre as mais importantes da Europa, sendo comum a compra clandestina de mapas e a atração de cartógrafos portugueses pelas monarquias européias (sobretudo a espanhola) e pelos italianos.<sup>38</sup>

Com o auxílio dos portugueses, Colombo adquiriu a base científica para a proposta de atingir as Índias pelo Ocidente: realizara uma jornada à Islândia,

negociara açúcar na Madeira e estivera na costa da Guiné, em 1482 e 1484. Fora de Portugal, travou relações com o florentino Paolo Toscanelli, de quem recebeu uma cópia da carta de navegação redigida a pedido de D. João II e encaminhada ao monarca, em 1474, por intermédio de Fernão Martins. No texto, Toscanelli asseverava que o caminho para as Índias pelo Ocidente seria mais curto do que o trajeto planejado pelos portugueses. Em posse da cópia da carta, Colombo procurou D. João II, entre os anos de 1483 e 1484, no tempo da viagem de Diogo Cão, um momento de expectativa e de euforia diante da perspectiva do encontro da rota para as Índias. A probabilidade de que Diogo Cão retornasse das Índias, aliada à recusa dos astrólogos do rei, que acreditavam que a distância entre Portugal e o Extremo Oriente era maior do que 135°, tese defendida por Colombo, impeliu o navegador a buscar auxílio na monarquia vizinha.<sup>39</sup>

O atraso nos planos de D. João II fez com que os méritos da chegada às Índias recaíssem sobre D. Manuel, que, malgrado a oposição de parte dos seus conselheiros,<sup>40</sup> deu prosseguimento ao projeto de expansão ultramarina promovendo, em 1497, a expedição liderada por Vasco da Gama,<sup>41</sup> que inaugurou a era da presença europeia cristã no Oriente, com a inserção de um novo elemento numa realidade marcada pela diversidade étnica, lingüística, política e econômica. Nas *Décadas*, João de Barros afirma que existiam, na região, muitos e variados reinos, além de dois tipos de religião: “um idolatra e outro mahometa”.<sup>42</sup> Com a viagem de Vasco da Gama, Portugal iniciou, conforme observa Antonio Sérgio, uma nova fase da política ultramarina, não mais de descobertas, mas de organização do comércio com as Índias, mediante negociações diplomáticas e guerras.<sup>43</sup> Consciente das dificuldades que poderiam ser encontradas, D. Manuel nomeou Vasco da Gama não apenas comandante da frota, como também embaixador e chefe militar, com autoridade para firmar acordos comerciais e políticos e, caso necessário, demonstrar o potencial bélico lusitano.

Desde a primeira viagem, ficou evidente que, se pretendessem estabelecer uma rede de comércio, os portugueses precisariam, inicialmente, destruir a existente. Por conseguinte, e perante a hostilidade enfrentada sobretudo no reino de Calicute, o mais importante centro comercial da região de Malabar, a coroa

consumou alianças com reinos concorrentes dos seus rivais, como Cochim e Coulão, e vinculou os empreendimentos mercantis à guerra, com o intuito de eliminar a concorrência moura na área. Optou-se não pela conquista territorial, porque Portugal não estava interessado em constituir um império ultramarino, mas pelo controle dos mares, associado a uma hegemonia política na área.

Neste tempo que Vasco da Gama chegou a ela [cidade de Calicute], posto que geralmente toda esta terra Malabar fôsse habitada de Gentios, nos portos do mar viviam alguns mouros, mais por razão da mercadoria e trato que por ter algum estado na terra".<sup>44</sup>

128 Os portugueses valeram-se de conflitos preexistentes como estratégia de entrada na região. A coroa lusitana orientou-se por uma concepção já então corrente no direito internacional, consoante a qual, sendo os povos do Oriente soberanos, era possível a realização de alianças e a declaração de guerras.<sup>45</sup> Pedro Álvares Cabral efetuou pactos com os reinos que decidiam comerciar com Portugal, os quais eram inimigos de Calicute, como Cochim. Para impedir o estabelecimento dos portugueses na região, o samorim de Calicute ordenou a invasão de Cochim.<sup>46</sup> A esquadra de Cabral garantiu a vitória e a aliança, o que favoreceu a execução de novos acordos comerciais; desta vez, com Cananor e Coulão. Após a viagem de Cabral, o sucesso do empreendimento foi considerado garantido e D. Manuel acrescentou aos seus títulos a denominação de senhor da navegação, da conquista e do comércio na Etiópia, na Arábia, na Pérsia e nas Índias:

Pois, vendo el-rei dom Manuel, esta universal regra do mundo, e que seus intecessores sempre trabalharam por conquistar ais infieis, mas que por outro injusto titulo acrescentar o de sua coroa, e el-rei D. Joam, seu primo, como de caminho por razão da impresa, com êste reino tomou em descobrir a India, tinha tomádao por titulo, senhor de Guiné, continuada com êle, acrescentou estes três, senhor da navegação, conquista e comércio de Etiópia, Arábia, Persia e India.<sup>47</sup>

Até o fim do reinado de D. João III, os conflitos no Oriente permaneceram sem resolução, a despeito dos esforços dos governadores das Índias no sentido de fomentar alianças, evitar guerras e fortalecer o comércio. D. Afonso de Albuquerque, segundo governador-geral das Índias, conquistou Goa, que foi

transformada em capital e principal porto do Oriente, e, com o propósito de obliterar o comércio em Alexandria, dominou Malaca, em 1511, e Ormuz, em 1515, conseguindo fechar, assim, o oceano Índico e o golfo Pérsico. No entanto, obteve pouco sucesso em relação ao mar Vermelho, que continuou sendo a principal rota utilizada pelos concorrentes dos lusitanos para o escoamento de especiarias através de Alexandria.<sup>48</sup>

Com base naquilo que foi exposto, podemos afirmar que a política externa portuguesa esteve pautada, na Europa, na neutralidade em face dos conflitos existentes – mantida, na Península Ibérica, pela aproximação com a Espanha mediante casamentos reais – e, no Oriente, nas guerras – movidas contra egípcios, turcos e seus aliados, geralmente muçulmanos.<sup>49</sup> Demonstrando conhecimento da dinâmica da expansão ultramarina, Bandarra registrou os objetivos evangelizadores e mercantis do processo e identificou os verdadeiros inimigos dos portugueses:

XC

Não tema o Turco, não  
 Nesta sezão,  
 Nem o seu grande Mourismo,  
 Que não recebeu bautismo,  
 Nem o crismo,  
 É gado de confusão.  
 Firmal põe declaração  
 Nesta tenção  
 Chama-lhes animais sedentos  
 Que não têm os mandamentos,  
 Nem sacramentos;  
 Bestiais são, sem razão.

129

No reinado de D. João III, despontaram duas questões importantes. A primeira foi o problema das ilhas Molucas, surgido após a viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, a qual, de acordo com frei Luís de Sousa, surpreendeu os portugueses, inclusive o monarca. Entretanto, encontramos indicações contrárias na Crônica de D. Manuel, que relata a proposta apresentada pelo navegador lusitano aos reis castelhanos – o que sugere que a notícia sobre a concretização da viagem não foi uma novidade total em Portugal. No texto, Damião de Góis

afirma também que Fernão de Magalhães residira na corte portuguesa e atuara em conjunto com D. Afonso de Albuquerque. A promessa feita pelo navegador aos reis castelhanos – descobrir uma passagem para as ilhas Molucas, mais curta que a dos portugueses, e assegurar o domínio do território – havia sido descoberta por Álvaro da Costa, embaixador português em Castela, designado para tratar do último casamento de D. Manuel. Na corte castelhana, D. Manuel foi aconselhado a assassinar Fernão de Magalhães, mas não aceitou a recomendação.<sup>51</sup> O navegador não concluiu sua jornada, mas a circunavegação foi realizada, com a descoberta de um caminho pelo oceano que se tornou conhecido mais tarde como Pacífico, e com o retorno dos navios, carregados de especiarias:

130 | Que o emperador, em conformidade das pazes, tinha obrigação de mandar entregar tudo o que a nau trazia, visto ser tomado em terras de que estavam em posse pacífica os Portugueses e eram conhecidamente da nossa demarcação, assentada e recebida por ambas as coroas de Portugal e Castela.<sup>51</sup>

A disputa em torno das ilhas Molucas foi solucionada em 1529, quando Portugal, no Tratado de Saragoça, aceitou pagar uma indenização pela posse do arquipélago. A segunda questão que marcou o reinado de D. João III foi o debate sobre o abandono de posições na África ou no Oriente, devido aos altos custos mobilizados para a manutenção e a defesa do comércio de especiarias, visto que os problemas com os muçulmanos, particularmente os turcos, seguiam sem resolução. A decisão de renunciar ao sonho de construção de um Portugal marroquino, considerado como continuidade da Reconquista ibérica, foi tomada na década de 1540, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão.<sup>52</sup> Bandarra não tratou desse tema nas Trovas, mas sim da imprescindibilidade de união contra os árabes e os turcos, que seriam os verdadeiros inimigos da Cristandade. A conjuntura no Oriente, conforme apresentada por frei Luís de Sousa, era de guerra: além da preocupação em conservar o comércio indiano, havia a necessidade de enfrentar os mouros não apenas nas Índias, mas também na África, onde eles eram igualmente percebidos como os grandes inimigos dos portugueses.<sup>53</sup>

D. João III jamais deixou de se ocupar dos assuntos de fé, especificamente em relação ao Oriente, pois os lusitanos teriam sido escolhidos para difundir a palavra de Deus entre todos os povos. Quando foi informado, por D. Pedro Mascarenhas, embaixador de Portugal em Roma, sobre Inácio de Loyola e a recém-fundada Congregação e Instituto da Companhia de Jesus, D. João III:

Logo se persuadiu que por meio de tal gente alcançaria o que sua alma mais desejava, que era ver todas as partes do Oriente quem por armas tinha descoberto e sujeitado, alumiadas com a luz da verdadeira fé e sujeitas ao jugo suavíssimo de Cristo, nosso Redentor, e de sua Igreja Sagrada.<sup>54</sup>

Segundo a crônica, D. João III entendeu que a formação de uma nova ordem, fundada no mesmo momento em que se alcançavam e se conquistavam as Índias, era um sinal do desejo da providência divina de que o batismo fosse levado para aquelas regiões. O monarca escreveu ao criador da irmandade dos jesuítas, solicitando-lhe que encaminhasse religiosos ao Oriente. Atendendo-se ao pedido, foram enviados Francisco Xavier, o padre Misses Paulo e o irmão Francisco de Mansilhas. Iniciava-se o consórcio entre a coroa lusitana e a Companhia de Jesus. Em Portugal, permaneceu o padre-mestre Simão Rodrigues, que principiou o trabalho que conduziu à fundação de colégios e de casas da companhia no reino.

131

A expansão ultramarina esteve no centro dos interesses dos reis portugueses, prevaleceu no imaginário social e configurou um tema recorrente dos cronistas e dos pensadores da época. A despeito da distância entre a Vila de Trancoso e os principais portos lusitanos, sobretudo o de Lisboa, tópicos concernentes à expansão não deixaram de influenciar a obra de Bandarra, que, orgulhando-se das conquistas além-mar, antevia o reino de Portugal como portador de um destino imperial. Nas Trovas, há várias referências à expansão ultramarina, como nas estrofes seguintes, que tratam do temor que os demais reinos sentiriam diante do poderio marítimo português e da forma justa pela qual o monarca administrava as possessões situadas além-mar:

LXIX

Portugal é nome inteiro,  
Nome de macho, se queres:  
Os outros Reinos mulheres,  
Com ferro sem azeite;  
E senão olha primeiro,  
Portugal tem a fronteira,  
Todos mudam a carreira  
Com medo do seu rafeiro.

LXXI

Este Rei tem tal nobreza,  
Qual eu nunca vi em Rei:  
Este guarda bem a lei  
Da justiça, e da grandeza.  
Senhoreia Sua Alteza  
Todos os portos, e viagens,  
Porque é Rei das passagens  
Do Mar, e sua riqueza.

132

Compartilhando as expectativas de sua época, Bandarra fortalecia o ideal de propagação da fé, associado ao Novo Mundo, e o ideal de império, ao identificar nas descobertas uma missão providencial para os portugueses. As Trovas discorrem sobre a conversão universal, prevista pelas profecias, assinalando como tarefa de Portugal pôr fim às heresias e construir um império universal, após a conquista de todos os outros reinos, em especial os da região das Índias:

CVI

Se lerdes as Profecias  
De Jeremias,  
Irão dos cabos da terra  
Tomar os Vales, e Serra,  
Pondo guerra,  
E tirar as heresias,  
Derrubar as Monarquias,  
E fantasias  
Serão bem apontoadas,  
Serão todas derrubadas,  
Desconsoladas  
Fora das possentadorias.



O providencialismo associava-se, assim, à expansão ultramarina. O monarca português adquiria características messiânicas, legitimando-se como o eleito de Deus para comunicar Sua palavra a todos os povos. Ao contrário do que ocorria em outras monarquias européias, como França e Inglaterra, em Portugal os reis não eram ungidos. Como a inexistência da unção poderia diminuir a natureza divina dos monarcas lusitanos,<sup>55</sup> houve a necessidade de sacralizar o reino, preocupação que assumiu importância à medida que avançava a expansão ultramarina.

Às vésperas da batalha de Ourique, Cristo manifestara-se a D. Afonso Henriques, anunciando, além da vitória portuguesa contra o exército muçulmano, a proteção ao novo reino e a fundação de um império. Como nos alerta Joel Serrão, não existem documentos que comprovem o fato, sendo que a primeira referência à lenda ocorreu em 1485. Naquele ano, Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. João II junto ao papa Inocêncio VIII, narrou os feitos do primeiro rei de Portugal, mencionando o aparecimento de Cristo, que prenunciara que, na décima sexta geração, a dinastia dos monarcas lusitanos se atenuaria, mas, decorrido um determinado tempo, o reino retomaria sua glória.<sup>56</sup>

A lenda de Ourique ganhou prestígio nos séculos XV e XVI, época não somente da expansão ultramarina, mas também do ressurgimento dos mouros – a quem D. Afonso Henriques vencera – como inimigos dos portugueses, desta vez no Oriente. Na Crônica do imperador Clarimundo, de João de Barros, as profecias sobre o destino de Portugal são atribuídas a um período anterior à fundação do reino:

No tempo que Afonso imperador  
Der a seu sangue, por dar galardão,  
A aqueles que dor nunca sentirão  
Em o derramar por seu Redentor,  
Dará também, por mais seu louvor,  
A Henrique em dote matrimonial  
As terras da terra do grã Portugal  
Para as possuir como justo senhor.

Aqueste com ferro mui vitorioso  
Rompendo as carnes de contos de mouros,  
Deixara de obras de tão grandes tesouros,  
Quanto no céu estará triunfoso;  
Sucedendo a ele o mui generoso  
El-Rei D. Afonso Henriques primeiro,  
Primeiro em nome, e em verdadeiro  
Rei enviado por Deus glorioso.

O campo de Ourique já agora é contente  
 Da grande vitória que nele será,  
 Onde Cristo em carne aparecerá  
 Mostrando as chagas públicamente  
 Ao qual este rei santo e prudente  
 Dirá: Ó meu Deus, a mim para quê?  
 Lá aos hereges inimigos da Fé,  
 Da fê, em que eu ardo de amor mui ardente.<sup>57</sup>

Os portugueses estavam predestinados a vencer os infiéis e a tornar Portugal um reino universal. Na crônica escrita por João de Barros foram enunciadas, pela voz de Clarimundo, outras profecias que prediziam a expansão ultramarina e a conversão de todos os povos. O texto situava-se numa tradição que identificava os lusitanos como descendentes dos húngaros. (O imperador Clarimundo, personagem principal da obra, seria de origem magiar.) A crença na ascendência húngarica dos portugueses foi registrada por Damião de Góis, na Crônica de D. Manuel:

conde dom Anrique, pai delrei Afonso anriquez dixeram agus scriptores que fora natural de Conftantinopla, & outros a que segue noffos Chroniftas, dizem que foi filho fegudo de hum Rei de Vngria.<sup>58</sup>

Damião de Góis, no entanto, discordava dos cronistas que consideravam o primeiro rei de Portugal descendente dos húngaros, afirmando, com base em um minucioso estudo genealógico, que o conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, procedia da família dos reis de Aragão.<sup>59</sup> Os portugueses provinham, portanto, de um povo que fizera guerra aos mouros. A luta contra o islamismo pertencia ao passado, à tradição e à linhagem de Portugal. Era obrigação dos lusitanos derrotar os muçulmanos também no ultramar.

A lenda de Ourique reapareceu, anos mais tarde, em *Os Lusíadas* – obra dedicada por Camões a D. Sebastião –, que narra os feitos dos portugueses (com destaque para a viagem de Vasco da Gama às Índias), da fundação do reino à monarquia de D. João III.<sup>60</sup> Alguns temas da epopéia camoniana são comuns às Trovas de Bandarra, como a grandeza de Portugal, o passado santificado do reino (com intercessões de Deus em seu favor) e a representação dos mouros como inimigos da Cristandade, em geral, e dos lusitanos, em particular. Em uma

referência à Reforma protestante, Camões critica os povos cristãos, que deveriam se unir contra o verdadeiro adversário, o muçulmano, ao invés de guerrear entre si:

Ó míseros cristãos, pola ventura  
Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,  
Que uns aos outros dão à morte dura,  
Sendo todos de um ventre produzidos?  
Não vedes a divina sepultura  
Possuída de cães, que sempre unidos,  
Vos vem tomar a vossa antiga terra,  
Fazendo-se famosos pola guerra?

[...]

Aquelas invenções, feras e novas,  
De instrumentos mortais da artilharia  
Já devem de fazer as duras provas  
Nos muros de Bizâncio e de Turquia.  
Fazei que torne lá às silvestres covas  
Dos cáspios montes da Cítia fria  
A turca geração, que multiplica  
Na polícia da vossa Europa rica.<sup>61</sup>

135

Para demonstrar a proteção divina assegurada a Portugal e a superioridade dos lusitanos frente aos orientais, Camões relata o aparecimento de Deus ao fundador do reino, D. Afonso Henriques, milagre que garantiu a vitória dos cristãos contra os mouros, a qual se repetiria com a expansão ultramarina:

A matutina, serena e fria,  
As estrelas do pólo já apartava,  
Quando na Cruz o filho de Maria,  
Amostrando-se a Afonso, o animava.  
Ele, adorando Quem lhe aparecia,  
Na Fé todo inflamado assim gritava:  
- Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,  
E não a mi, que creio o que podeis!

Com tal milagre os ânimos da gente  
Portugueses inflamados, levantavam  
Por seu rei natural este excelente  
Príncipe, que do peito tanto amavam;  
E diante do exército potente  
Dos inimigos, gritando, o céu tocavam,  
Dizendo em alta voz: - Real, real,  
Por Afonso, alto rei de Portugal!<sup>62</sup>

Como João de Barros e Luís de Camões, Bandarra retratou Portugal como o reino de Deus na terra e os lusitanos como Seus filhos, herdeiros de Israel. Neste caso, tratava-se não de uma sacralização do rei, mas de uma sacralização do reino, na medida em que, para os portugueses, a única forma de o homem alcançar o Absoluto era mediante a realização, na história, da vontade divina.<sup>63</sup> Nas *Trovas*, os mouros aparecem como o grande inimigo da Cristandade, e os lusitanos como o povo destinado, desde a batalha de Ourique, a vencê-los.

136 Todas essas obras destacam a grandeza de Portugal e a glória dos seus reis, confirmando que era corrente, na época, a crença na magnificência e no futuro sublime do reino. Essa convicção estava vinculada à expansão ultramarina, que constituía a principal missão dos portugueses, anunciada por Cristo a D. Afonso Henriques. *A Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, confunde-se com uma narrativa da expansão além-mar, apresentada como a mais importante realização do reinado de D. Manuel. São comuns os capítulos com títulos semelhantes ao do primeiro da terceira parte: “Do que Diogo lopez de siqueira passou atte chegar a Malaca, & do fitio, & tratto della, & afsi da ilha de Samatra”. O capítulo vinte e dois, que narra a expansão marítima para a África e as Índias, intitula-se “De quomo Diogo Fernandez de Beja tornou de Ormuz a Goa, e do focorro que veo á çidade na entrada do verão, onde tambem no mefmo tempo chegou Chriftouão de britto, que vinha de Portugal debaixo da capitania de dom Garçia de noronha, capitão de feis naos, que partitam de Lisboa nefte anno de M.d.xi, & de outras particulares”. O tema das derrotas impingidas pelos portugueses aos mouros também está presente em outras seções, como o capítulo doze da terceira parte (“De quomo hos mouros vieram çercar há çidade de Çafim, & do que fe niffo paffou”) e os capítulos oito (“De quomo hos mouros tomaram duas carauellas, em q mattarão Frãçifco de Fouerak, & captiuarã Pero lopez, & Gõçalo vaz almocade, & do martyrio que lhe deram em Alcaçer quibir”), vinte e três (“De hua entrada que dom Pedro mafcarenhas fez por terra de mouros ftando em Çafim, & do que dom Nuno mafcarenhas fcreueo a elrei fobela vinda de Gonçalo mendez çacoto aho Regno”) e trinta e nove da quarta parte (“Dalgvas entradas que dom aluaro de Noronha fez em terra de mouros, & Vafquo fernandez çefar Adail da mefma çidade”).

As Trovas salientam a grandiosidade do reino e a do rei, que merecia sua posição mais do que qualquer outro monarca, pois havia sido escolhido por Deus. O texto ressalta o papel desempenhado pelas frotas portuguesas na disputa pelo comércio oriental, afirmando que as embarcações mouras eram obrigadas a se desviar dos navios lusitanos e que muitos povos islâmicos tornaram-se tributários do reino, fatos também registrados por Damião de Góis.<sup>64</sup> Como muitos dos seus contemporâneos, Bandarra ligava a grandeza de Portugal ao sucesso da expansão ultramarina:

## LXVIII

Forte nome é Portugal,  
Um nome tão excelente,  
É Rei do cabo poente,  
Sobre todos principal.  
Não se acha vosso igual  
Rei de tal merecimento:  
Não se acha, segundo sento,  
Do Poente ao Oriental.

## LXXXV

Tomará com seu poder,  
E grão saber,  
Todos os portos de além,  
Marrocos, e Tremecém,  
E Fez também:  
Fará tudo a seu querer,  
Vê-lo-ão a cometer  
Pelo deter,  
Que querem ser tributários,  
E lhe querem dar dinheiros,  
Lisonjeiros  
Os quais não deve querer.

Na obra de João de Barros, Clarimundo reiterava o esplendor de Portugal e a proteção divina que garantiria ao reino a realização de grandes feitos, como a expansão além-mar e o triunfo sobre os mouros. D. Manuel era distinguido como o rei que fora capaz de manter a paz com os cristãos e, ao mesmo tempo, de promover a guerra contra os muçulmanos:

Ó tu Imensa e Sacra verdade,  
 Verdade da suma e clara potência,  
 Que mandas, que reges com tal providência  
 As cousas que obraste na mente, e vontade;  
 Ó trina em pessoas, e só divindade,  
 Infunde em mim graça para dizer  
 As obras tão grandes que hão-de fazer  
 Os reis portugueses com sua bondade.

[...]

Ó tempos, ó tempos, tempos de guerra  
 De guerra com Mouros, e paz com os Cristãos  
 Quem fosse então por beijar as mãos,  
 As mãos que terão por divisa Espera!  
 Ó divinas obras, nas quais se esmera  
 A fama famosa do grã Manuel,  
 Quem se visse naquele tropel  
 Que vós cercareis as partes da terra!<sup>65</sup>

138

Outros temas também aproximam os textos de João de Barros e de Bandarra, como o temor que todos os povos de além-mar sentiriam do rei de Portugal,<sup>66</sup> a identificação do reino com o Leão,<sup>67</sup> e o grande despejo, que João de Barros associa a D. Afonso Henriques, enquanto Bandarra o remete a D. Fernando.<sup>68</sup>

As Trovas de Bandarra podem ser consideradas como um texto de afirmação de uma identidade lusitana, pois tratam de representações e de acontecimentos importantes para a época: o passado santificado de Portugal, o papel dos lusitanos como defensores do cristianismo, a construção da imagem dos mouros como inimigos da Cristandade, a grandeza imperial do reino e a expansão ultramarina. A presença, nas Trovas, bem como em demais obras contemporâneas, de todos esses temas, demonstra que tais preocupações e expectativas não estavam restritas à corte, sendo compartilhadas pela população em geral.

## NOTAS

<sup>1</sup> Dentre os principais estudiosos de Bandarra, podemos citar: AZEVEDO, João Lúcio de. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Presença, 1958; BESSELER, José Van. *O sebastianismo: história sumária*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, 1987; NEVES, Antônio da Silva. *Bandarra: o profeta de Trancoso*. Lisboa: Europa-América, 1990; HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a*

construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhias das Letras, 1998; PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o encoberto*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980.

<sup>2</sup> CASTRO, D. Iom. *Paraphrase et concordancia de algumas propheçias de Bandarra, çapateiro de Trancoso*. [s.l.]: [s.n.], 1603. p. 2.

<sup>3</sup> BESSELER, op. cit., p. 51-52; NEVES, op. cit., p. 31.

<sup>4</sup> Tal fato pode ser confirmado pela seguinte passagem de seus autos, quando Bandarra afirma que era procurado pelos cristãos novos de Trancoso: "(...) e disse que era verdade que todos os cristãos novos / de Trancoso lhe perguntavam pela / declaração de suas Trovas e ele / lhes declarava e amostrava e as / glosas dela e que quando viram / a grosa não curavam mais de lhe / perguntar delas nada". PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA. Nº 7197 – Pasta 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Decifração Paleográfica de Arnaldo da Soledade. Fólio 03, verso, 21-27.

<sup>5</sup> *Ibidem*. Fólio 01, verso, 19-22.

<sup>6</sup> No início do século XVI apareceram alguns “candidatos” a messias dos judeus; Antonio Sérgio destaca: o aparecimento, em 1502, na Itália, de um aventureiro que se diz o prometido, criando alvoroço na comunidade judaica europeia; Luis Dias, alfaiate de Setúbal, é tido como redentor por muitos cristãos-novos; e em 1526 o judeu David Rubeni pass por messias. SÉRGIO, Antonio. Interpretação não romântica do sebastianismo. *Obras Completas. Ensaios*. Tomo I. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

<sup>7</sup> SARAIVA, Antonio José. *História e Utopia*: estudos sobre Vieira. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

<sup>8</sup> PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA. Fólio 19, verso, 01-20.

<sup>9</sup> HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antonio Vieira (1552-1661). In: *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 64.

<sup>10</sup> PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA. Fólio 09, 01-08.

<sup>11</sup> *Ibidem*. Fólio 03, 20-23.

<sup>12</sup> Sobre os reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, ver: PINA, Ruy de. *Crônica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950; GÓIS, Damião. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926; SOUSA, Fr. Luis de. *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, 1951.

<sup>13</sup> Segundo António Sérgio, já nos tempos de D. Henrique havia a perspectiva de chegar às Índias e de se estabelecer contato com o Prestes João. SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1953, p. 41.

<sup>14</sup> Ver: RADULET, Carmem M. Os italianos em Portugal. In: CHANDEIGNE, Michael. *Lisboa Ultramarina: 1415 – 1580: A Invenção do Mundo pelos Navegadores Portugueses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

<sup>15</sup> Parte III, Capítulo XXIII “Do Confilio que ho papa Iulio ordenou em Pifa, & Ligua, q fez com ho Emperador Maximiliano, elRei dom Fernando & Soifos contra elRei de França, & Venezanos, & das praticas que fe moueram etre elRei dom Fernando, & elRei de Féz & Molei Alebarraxa, & doutras particularidades”. GÓIS, Damião. op. cit. p. 87-89. Ver também apêndice a este capítulo, ao final da Parte III das crônicas.

<sup>16</sup> CASTANHEDA. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Coimbra, 1924, p. 78-80 Apud: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640 - 1750)*. Lisboa: Verbo, 1982, p. 147.

<sup>17</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. op. cit. p. 148.

<sup>18</sup> O Padre António Vieira é um dos que afirmam que S. Tomé teria vindo pregar no Brasil, como demonstrado no Sermão do Espírito Santo: “Quando os portugueses descobriram o Brasil, acharam as pegadas de São Tomé estampadas em uma pedra que hoje se vê nas

praias da Baía; mas rasto, nem memória da fé que pregou São Tomé, nenhum acharam nos homens (...); as pedras conservaram memórias do apóstolo, os corações não conservaram memória da doutrina". VIEIRA, Padre Antonio. Sermão do Espírito Santo. In: *Sermões*. 15 vol. Porto: Lello e Irmãos, 1951, p. 405. Ver ainda: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983, p. 113-114.

<sup>19</sup> Canto Décimo, Estrofe 115. Sobre S. Tomé, ver Estrofes 108 a 119. CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

<sup>20</sup> BARROS, João. *Décadas*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 189

<sup>21</sup> Capítulo X - Perdem-se as terras firmes de Goa. Vêm novas ao governador de ser achado o corpo do Apóstolo S. Tomé. PINA, Ruy de. op. cit. p. 147.

<sup>22</sup> Segundo Damião de Góis, os mouros eram tidos como inimigo pelos etíopes, o que confirma a possibilidade de aliança no Oriente. LXI, "Dos coftumes que hos Abexis guardam açerca da religiam, & aopiniões que tem, & infitutos per que regem, abreuiados do mefmo liuro que me deu efte Bifpo Zagazabo". GÓIS, Damião. op. cit. p. 208.

<sup>23</sup> Há referências sobre a chegada destes em carta que a rainha enviou a Portugal. ÁLVARES, Francisco. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*. Lisboa: Europa América, 1989, p. 11.

<sup>24</sup> *Ibidem*. p. 153.

<sup>25</sup> Sobre os questionamentos do Prestes João em relação ao cristianismo, ver GÓIS, op. cit. capítulos LXXVII a CIV. *Idem*, *ibidem*.

140 <sup>26</sup> Livro I, Capítulo VII - Do estado das cousas do reino e suas conquistas. PINA, Ruy de. op. cit. p. 48.

<sup>27</sup> Livro IV, capítulo II - Recebe el-rei o embaixador do Preste; despacha-o para Roma. Nasce a infante Dona Maria. Apontam-se algumas cousas que el-rei fez e proveu.

<sup>28</sup> Parte III, Capítulo XXX, "Em que fe trata de quomo Afôfo dalbuquerque combateo a villa de Benafarim, & há houue por conçerto, & da juftiça que mandou fazer nos arrenegados q andauam com Roçalção, & de como mandou dom Garçia de noronha a Cochim fazer há carga das naos que hauião de ir pera ho Regno, & dos embaixadores que lhe vierã, & depachou: & afsi do embaixador do Emperador da Ethiopia, & Rej do Abexi, & morte do Çamorij, & doutras particularidades atte fe partir pera Adem". GÓIS, Damião. op. cit. p. 116.

<sup>29</sup> Parte III, capítulo LVIII, "Da embaixada que há reinha Helena auó de Daudid & Emperador da Ethiopia Rei do Abexi, mandou a elrei dom Emanuel". *Ibidem*, p. 194.

<sup>30</sup> Sobre o reino do Prestes João, ver ainda na referida crônica, no livro III: Capítulo IX, "Em que fe tratta da fe que tem hos Chriftãos da terra do Abexi, a q hos antigos chamão Ethiopia fobelo Egipto", Capítulo LXI, "Dos coftumes que hos Abexis guardam açerca da religiam, & aopiniões que tem, & infitutos per que regem, abreuiados do mefmo liuro que me deu efte Bifpo Zagazabo" e o Capítulo LXII, "Do fitio das terras, e senhorios que poffue ho preçofo Ioão, Emperador da Ethiopia fobelo Egipto, & dalgus coftumes da gente da terra, & ordem de fua cafa". *Ibidem*, p. 195-198.

<sup>31</sup> PINA, Ruy de. op. cit. p. 243-257 e 267. Ver ainda o capítulo LXI - Descobrimento das Ilhas de Castella per Collombo, nesta crônica.

<sup>32</sup> Segundo João de Barros, a viagem de Fernão de Magalhães foi realizada com o objetivo de garantir o domínio sobre as ilhas Molucas para os espanhóis (cap. VIII, col. IV): "Do qual prática que tinha com esta gente do mar, e também por êle [Fernão de Magalhães] ter um engenho dado a isso, a experiência do tempo que andára na India com mostras as cartas, que lhe Francisco Serrão escreve começou semear nas orelhas desta gentem que as ilhas de Maluco estavam tão Oriente, quanto a nós, que caíam na demarcação de Castela". BARROS, João de. op. cit. p. 227.



<sup>33</sup> “Pelo que, considerado diligentemente tudo e sobretudo a exaltação e dilatação da fé católica (como convém a reis e príncipes católicos), conforme o costume dos reis vossos antepassados de ilustre memória, determinaste sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e reduzir à fé católica os moradores e habitantes delas”. BULA INTER CAETERA. In: SUESS, Paulo (Coord.). *A Conquista Espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 249.

<sup>34</sup> BULA ROMANUS PONTIFEX. *Ibidem*, p. 225.

<sup>35</sup> Capítulo LXVI - Descobrimento das Ilhas de Castellas per Collombo. PINA, Ruy de. *op. cit.* p. 184.

<sup>36</sup> FERRO, Gaetano. *As Navegações Portuguesas no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Teorema/ O Jornal, 1989, p. 187.

<sup>37</sup> *Ibidem*. p. 188-189.

<sup>38</sup> Este é o caso de Diogo Ribeiro, que aceita convite de Carlos V e confecciona mapas da América do Norte para o monarca espanhol. Sobre este assunto ver: ALBUQUERQUE, Luis de; SANTOS, Annie Marques dos. *Os Cartógrafos Portugueses*. In: CHANDEIGNE, Michael. *op. cit.*

<sup>39</sup> Segundo Oliveira Marques, os astrónomos do rei acreditavam que a distância era de, no mínimo, 183°; na realidade, era de 217°. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1995, p. 205.

<sup>40</sup> BARROS, João de. *op. cit.* p. 187.

<sup>41</sup> Sobre a viagem de Vasco da Gama ver: VELHO, Álvaro. *O Descobrimento das Índias: O Diário da Viagem de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

<sup>42</sup> BARROS, João de. *op. cit.* p. 53.

<sup>43</sup> SÉRGIO, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. *op. cit.* p. 59.

<sup>44</sup> BARROS, João de. *op. cit.*

<sup>45</sup> Sobre a questão da Guerra Justa, ver: VITÓRIA, Francisco de. “Releituras” sobre os Títulos Legítimos pelos quais os Índios podiam ser Sujeitos ao Poder dos Espanhóis. In: SUESS, Paulo. *op. cit.*

<sup>46</sup> Ver cap. I, livro sétimo das “Décadas”, que se intitula “como o Çamarim rei de Calecut por nossa causa fez a guerra a el-rei de Cochi, e o que sucedeu dela”: “Tanto que o almirante partir da Índia para este reino, como o Çamri rei de Calicut ficava mui indignado com os maus scuedimentos de seus negocios, e mais vendo cescer o estado de el-rei de Cochi, e o seu diminuir depois que entramos na Índia, determinou buscar novo modo de se vingar destas cousas, e principalmente de el-rei de Cochi”. Referência a esta guerra aparece também em CAMÕES, Luis de. *op. cit.*, Canto X, Estrofe onze. BARROS, João de. *op. cit.* p. 01; CAMÕES, Luis de. *op. cit.*

<sup>47</sup> BARROS, João de. *op. cit.* p.195.

<sup>48</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: O Século de Ouro (1495-1580)*. Lisboa: Verbo, 1978, p. 115-119. Ver também a “Segunda Década” de João de Barros. BARROS, João de. *op. cit.*

<sup>49</sup> O que pode ser demonstrada no fato de o rei de Portugal negar-se a aderir à liga européia contra a França e Veneza, apesar da intervenção do rei D. Fernando, de Castela. Parte III, Capítulo XXIII “Do Confilio que ho papa Iulio ordenou em Pifa, & Ligua, q fez com ho Imperador Maximiliano, elRei dom Fernando & Soiços contra elRei de Frãça, & Venezeanos, & das praticas que fe moueram etre elRei dom Fernando, & elRei de Féz & Molci Alebarraxa, & doutras particularidades”. GÓIS, Damião. *op. cit.* p. 87-89.

<sup>50</sup> Parte IV, capítulo XXXVII, “De quommo Fernam de magalhães deu a entender a elRei dom Carlos que has ilhas de Maluquo, & banda caiam na fua demarcaçam, & que iria a ellas fem tocar nos limites de nauegaçam de Portugal”. Neste capítulo, Damião de

Góis narra a viagem de Fernão Magalhães, faz referências ao livro “Décadas”, de João de Barros e transcreve contrato entre o rei de Castela e o navegador. GÓIS, Damião. op. cit. p. 83-88.

<sup>51</sup> Capítulo X: Embaixada del-rei D. João ao emperador. Dá-se conta da viagem que fez Fernão de Magalhães a Maluco; e da razão e sucesso dela. PINA, Ruy de. op. cit. p. 63.

<sup>52</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: O Século de Ouro*. op. cit. p. 42.

<sup>53</sup> Este é o caso do capítulo XV do livro I, intitulado “Como procedia a guerra contra os Mouros de África em Azamor e Arzila”; dos capítulos XVII a XXI do mesmo livro, que tratam dos conflitos na Índia, na região de Ormuz; capítulos XX a XII, do Livro II, que tratam de conflitos na região de Goa; dos capítulos V, intitulado “Guerra de África (...)”, VIII “Guerra da Índia (...)” e XXI, com o mesmo título do último, ambos do Livro III, referências que se repetem durante a narrativa. SOUSA, Fr. Luis de. op. cit.

<sup>54</sup> Parte II, capítulo VIII - Pede el-rei ao Padre Santo Inácio, fundador da Companhia de Jesu, pregadores para mandar à Índia. Vêm de Roma quatro: embarcam-se logo três: é um deles o Padre Santo Xavier. SOUSA, Fr. Luis de. op. cit. p. 163.

<sup>55</sup> Sobre a figura do rei em Portugal, ver: HERMANN, Jacqueline. op. cit. p. 149; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O rei. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997; BRÁSIO, Antonio. O problema da sagração dos monarcas portugueses. *Anais da Academia Portuguesa de História*. V. 12, 2ª. série. Lisboa, 1962; FERREIRA, Roberto Godofredo

142

Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: análise do mito afonsino (Séc. XIII-XV)*. Niterói, 1997. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense. OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo d'. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo, 1946. Tese de Doutorado em História da Civilização Antiga e Medieval - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade de São Paulo. FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. 150 p. Tese de Concurso para Professor Titular em História Medieval - Universidade Federal Fluminense. LUCAS, Maria Clara Almeida. *Hagiografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984. MOTA, Isabel Maria H. F. da. A Imagem do Rei na História Genealógica da Casa Real Portuguesa. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 11, p. 103-111, 1989. MERÊA, Paulo. Sobre a aclamação dos nossos reis. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1962. Queirós, Silvio Galvão de. “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*” - *A Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História Medieval - Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 1997.

<sup>56</sup> Se iniciarmos a contagem dos monarcas portugueses uma geração após D. Afonso Henriques, teremos: 1° D. Sancho I; 2° D. Afonso II; 3° D. Sancho II; 4° D. Afonso III; 5° Dom Dinis; 6° D. Afonso IV; 7° D. Pedro; 8° D. Fernando; 9° D. João I; 10° D. Duarte; 11° D. Afonso V; 12° D. João II; 13° D. Manuel I; 14° D. João III; 15° D. Sebastião; 16° D. Henrique. Daí o uso deste argumento, tanto por sebastianistas como pelos defensores da restauração portuguesa. CASTRO, D. Iom. op. cit.; BUESCU, Maria Leonor Carvalho (org.) VIEIRA, Padre Antonio. *História do Futuro*. Lisboa: Casa da Moeda, 1992, p. 85.

<sup>57</sup> BARROS, João de. *Clarimundo*. Lisboa: Sá da Costa, 1953, p. 93-94

<sup>58</sup> Capítulo LXXII, “Da progenia e linhagem do Conde dom Anrique, pai delRei dom Afonso Anriquez”. GÓIS, Damião. op. cit. p.172.

<sup>59</sup> Livro IV, Capítulo LXXII, “Da progenia e linhagem do Conde dom Anrique, pai delRei dom Afonso Anriquez”. Ibidem. p. 173.

<sup>60</sup> Cantos terceiro e quarto. CAMÕES, Luis de. op. cit.

<sup>61</sup> Canto sétimo, estrofes 09 e 12. *Ibidem*.

<sup>62</sup> Canto terceiro, estrofe 45 e 46. Sobre a baralha de Ourique, ver estrofes 42 a 53. Sobre intervenção divina na expansão ultramarina, ver canto décimo, estrofe 40, quando Deus devolve aos mouros flechas que eram lançadas contra os portugueses. *Ibidem*.

<sup>63</sup> Como indicado por COSTA, Dalila L. Pereira da. *Místicos Portugueses no século XVI*. Porto: Lello e Irmão, 1986, p. 62.

<sup>64</sup> Ver, por exemplo, Parte III, Capítulo LII, intitulado “De duas entradas que Dom Pedro de menefes conde Dalcoutim fez em terra de Mouros”. GÓIS, Damião. *op. cit.* p. 180-181.

<sup>65</sup> BARROS, João de. *Clarimundo*. *op. cit.* p. 92 e 101.

<sup>66</sup> BARROS, João de. *Clarimundo*. *op. cit.* 104, e Trovas de Bandarra, estrofes LXXI e XVIII.

<sup>67</sup> BARROS, João de. *Clarimundo*. *op. cit.* p. 106, e Trovas de Bandarra, estrofes LXXV, LXXVIII, XCIV e CVII.

<sup>68</sup> BARROS, João de. *Clarimundo*. *op. cit.* p. 111, e Trovas de Bandarra, estrofe XVII. [Nota do Editor: segundo José Hermano Saraiva, o rei D. João III transferiu a seu irmão D. Fernando a vila de Trancoso, cujos moradores se amotinaram. O “grande despejo” seria então o grande atrevimento, a grande ousadia do infante Fernando ao dizer que a casa era sua, que Trancoso lhe pertencia. V. SARAIVA, José Hermano. *Outras maneiras de ver: temas portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.]

### Resumo

As Trovas de Bandarra, escritos importantes para o entendimento do messianismo português, são aqui abordadas em seu tempo: Portugal do século XVI. São diversos os elementos tratados pelo autor, como a centralização política, a problemática cristã-nova e o reordenamento social vivido pelo reino. Além destes, Bandarra trata da expansão ultramarina, chamando atenção para questões como a guerra contra os mouros, a presença de São Tomé no Oriente e a necessidade de conversão universal, entendendo o reino português como escolhido por Deus para levar o cristianismo a todos os povos, garantindo caráter providencial à expansão, elemento que favoreceria, posteriormente, a constituição de uma identidade lusitana.

**Palavras-chave:** Trovas de Bandarra, Expansão Ultramarina - Messianismo Português

### Abstract

Bandarra's poetry, important writings for the understanding of the Portuguese Messianism, are approached here in its own time: 16<sup>th</sup>-century Portugal. There are several aspects dealt with by the author: political centralization, the new christianism issue and the social rearrangement under way in the Portuguese Kingdom. Besides these aspects, Bandarra's poetry reflects on the overseas expansion, attracting people's attention to issues such as the war against the Moor, the presence of Saint Thomas in the East and the need of universal conversion, considering the Portuguese Kingdom as chosen by God to take Christianity to all peoples of the world, granting a providential feature to the expansion, an element which would, in the future, foster the forging of the Lusitanian identity.

**Key words:** Bandarra's Poetry - Overseas Expansion - Portuguese Messianism